

Um olhar multidisciplinar sobre a inclusão social: resenha do livro políticas públicas de esporte/ lazer e in(ex)clusão de pessoas com deficiência

A multidisciplinary look at social inclusion: book review public policies of sports / leisure and in(ex)clusion of persons with disabilities

MILANI FG, STAREPRAVO FA. Um olhar multidisciplinar sobre a inclusão social: resenha do livro políticas públicas de esporte/ lazer e in(ex)clusão de pessoas com deficiência. **R. bras. Ci. e Mov** 2017;25(3):187-191.

Fernanda G. Milani¹
Fernando A. Starepravo¹

¹Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: Esta resenha apresenta e analisa a obra Políticas Públicas de Esporte/ Lazer e In(Ex)clusão de Pessoas com Deficiência de autoria de Junior Vagner Pereira da Silva, com objetivo de elucidar a temática e apresentar os elementos que norteiam a realidade social destes indivíduos para pesquisadores, professores, alunos e demais interessados, haja visto o caráter multidisciplinar desta obra. Através de uma linguagem crítica, o autor investiga o nível de acessibilidade de pessoas com deficiência quanto aos critérios de estruturas físicas e implementação de políticas públicas para a prática de esporte sob a perspectiva de lazer, visando garantir os direitos humanos estabelecidos pela Constituição Federal. O autor apresenta inicialmente um diálogo da temática com a literatura e posteriormente realiza uma análise empírica das condições de acessibilidade dos parques públicos na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A acessibilidade é avaliada tanto pelo viés arquitetônico, por meio da análise morfológica desses locais, como pelo viés metodológico e programático, que corresponde aos programas desenvolvidos para os deficientes nestes parques. Através dos resultados obtidos, o autor indica que há uma exclusão das pessoas com deficiência física e visual. Conclui-se que a obra é de grande relevância para a comunidade acadêmica e científica por, dentre outras características, possuir um caráter multidisciplinar e, portanto, uma abordagem da temática em sua plenitude. Garantir esta prática é uma ação importante no sentido de potencializar a refinada discussão sobre o tema e a disseminação da produção acadêmica, contribuindo para a melhora da qualidade de vida desta população que, por vezes, não são prioridades dos agentes politicamente ativos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Esporte e lazer; Acessibilidade.

ABSTRACT: This review presents and analyzes the work Public Policies of Sports / Leisure and In (Ex) clusion of People with Disabilities authored by Junior Vagner Pereira da Silva, with the purpose of elucidating the theme and presenting the elements that guide the social reality of these individuals for Researchers, teachers, students and other interested parties, have seen the multidisciplinary nature of this work. Through a critical language, the author investigates the level of accessibility of people with disabilities regarding the criteria of physical structures and the implementation of public policies for the practice of sports from the perspective of leisure, in order to guarantee the human rights established by the Federal Constitution. The author initially presents a dialog of the theme with the literature and later carries out an empirical analysis of the accessibility conditions of the public parks in the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Accessibility is evaluated both by the architectural bias, through the morphological analysis of these Localities, as well as methodological and programmatic bias, which corresponds to the programs developed for the disabled in these parks. Through the results obtained, the author indicates that there is an exclusion of people with physical and visual disability. It is concluded that the work is of great relevance to the academic and scientific community because, among other characteristics, it has a multidisciplinary character and, therefore, an approach to the theme in its fullness. To guarantee this practice is an important action in order to enhance the refined discussion about the theme and the dissemination of academic production, contributing to the improvement of the quality of life of this population that sometimes are not priorities of the politically active agents.

Key Words: Public policy; Sports and leisure; Accessibility.

Introdução

Trata-se de uma resenha descritiva sob autoria de Junior Vagner Pereira da Silva, professor adjunto do curso de Educação Física da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Esportes, Lazer e Saúde – GEPPPELS da mesma universidade e editor da Revista Brasileira de Ciência e Movimento (RBCM). Ao longo de sua trajetória acadêmica é possível observar a preocupação com questões relacionadas ao lazer, ao esporte e às políticas públicas, sendo esta, a linha de pesquisa que desenvolve atualmente. Editado em 2015, a obra se originou de sua tese de doutorado em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília – UCB. O prefácio foi feito por Tânia Mara Vieira Sampaio, doutora em ciência da religião. Sampaio atenta para a importância de produções que demonstrem a verdadeira realidade social das pessoas com deficiência, das quais necessitam urgente de políticas públicas que amenizem as condições de exclusão enfrentadas por estes indivíduos.

Produções como essa¹ são de relevância para a área da Educação Física e ciência haja visto que, as discussões avançam para além das políticas públicas de esporte/lazer, realizando um levantamento de todas as barreiras e limitações que pessoas com deficiência física e visual, principalmente, encontram ao tentar gozar de seus direitos estabelecidos na Constituição Federal do Brasil. No que tange as contribuições científicas, além das escassas produções envolvendo esta temática, o resultado da investigação da tese que deu origem ao livro, possibilita a análise dos mecanismos que envolvem a construção de uma cidade, extrapolando suas conclusões e oferecendo instrumentos para a replicação em outras localidades.

A obra¹ tem como objetivo investigar as políticas públicas de esporte sob a perspectiva do lazer (fundamentada por Marcelino²), nos espaços públicos. Para isso o autor discorre sobre os direitos, leis, decretos e normas que buscam promover a inclusão por meio da acessibilidade de pessoas com deficiência, sobretudo em parques públicos. Encontra-se organizada em três capítulos, precedidos de uma introdução e ao final, uma conclusão. O capítulo 1 apresenta as *Pessoas com deficiência, Era dos direitos e Políticas Públicas*, que incluem um breve-histórico sobre a percepção da sociedade perante a pessoa com deficiência, discutindo os conceitos de exclusão, integração e inclusão envolvendo os diferentes tipos de direitos humanos. Ao final desta seção, o autor analisa as políticas públicas e se estas são eficientes no processo de inclusão dos deficientes na sociedade. O capítulo seguinte, intitulado *Dimensões de Acessibilidades e Inclusão de pessoas com Deficiência no Esporte* apresenta as dimensões que estão envolvidas no processo de acessibilidade, como: a arquitetônica, a programática, a metodológica e a instrumental, além de discorrer sobre o contexto histórico desses conceitos, bem como, descrever o surgimento dos esportes adaptados. O terceiro capítulo sobre *Parques Esportivos de Campo Grande/MS como Espaço e Lugar de In(ex)clusão de Pessoas com Deficiência Física e Visual* aborda desde o histórico do município de Campo Grande, passando por características configuracionais da cidade até, efetivamente, apresentar os resultados de sua pesquisa. Ao final são apresentadas as conclusões gerais de toda a produção.

Na introdução o autor contextualiza a cidade como possível ambiente para práticas de atividades de lazer. Trabalha as configurações municipais, como, por exemplo, configuração territorial, paisagem, espaço, lugar, dentre outros, buscando apresentar a inter-relação existente entre eles. A compreensão desta relação dialética entre paisagem-espaço e espaço-lugar é apresentada pelo autor para justificar as pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas na tentativa de compreender as implicações das mudanças históricas que vêm ocorrendo nos tipos de espaços enquanto lugares de experiências cotidianas, dentre elas, as atividades de lazer. A essas mudanças históricas o autor se refere, principalmente, aos grandes centros urbanos que possuem características que prejudicam o desenvolvimento de atividades de convívio social, devido à aglomeração de pessoas. Aproximando para a realidade da pessoa com deficiência, esta dificuldade é intensificada, pois eles precisam ter respeitadas suas limitações físicas, cognitivas, sensoriais e comportamentais e isso demanda maior estrutura física nos espaços urbanos, o que é muitas vezes

inexistente, diminuindo as possibilidades de escolhas do espaço de convívio e contato social. Destarte, o autor ressalta que a relação da pessoa com deficiência ultrapassa a necessidade de envolvimento apenas com o ambiente físico, devendo também existir a interação entre este ambiente com o corpo, ou seja, o convívio social entre pessoas com deficiência e sem deficiência. E é justamente com este propósito que a obra¹ é construída.

Neste intento, o autor inicia o Capítulo 1 apresentando uma breve discussão sobre direitos humanos: civis, políticos e sociais e o princípio da universalização, reafirmada por entidades nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Sobre os direitos humanos, o autor busca se aprofundar naqueles relacionados à população (pessoas com deficiência) e categorias de análise (inclusão, direito a cidade e direito ao lazer). O capítulo encontra-se subdividido em: *Pessoas com deficiência e inclusão; Direito à cidade; Direito ao lazer; Políticas Públicas e Políticas Públicas, direitos sociais, hierarquização de prioridades e eficácia jurídica das normas constitucionais*.

Pessoas com deficiência e a inclusão apresenta a forma como a sociedade percebe o deficiente em diferentes momentos históricos, buscando relatar os preconceitos e as dificuldades enfrentadas desde a antiguidade, iniciando pela sociedade grega até os dias atuais. O autor apresenta também as mudanças significativas no trato da pessoa com deficiência que ocorreram durante a Revolução Industrial, quando o corpo passa a ser comparado com uma máquina e, no caso desta população, uma máquina com algum tipo de defeito. A partir daí, são relatados diversos movimentos que buscaram amenizar ou eliminar barreiras enfrentadas pela pessoa com deficiência que impactam até os dias atuais e provocaram a criação de leis, decretos e normas regulamentando e assegurando melhores condições de vida. Dentre eles, o autor destaca o direito à cidade e o direito ao lazer, que correspondem aos próximos tópicos deste capítulo.

Em *O direito à cidade* a obra¹ apresenta os aspectos que regulamentam a cidade, como a delimitação das fronteiras, ocupação do solo e planejamento municipal, tendo como objetivo demonstrar a importância de cumprir estes procedimentos a fim de permitir o convívio social entre pessoas com e sem deficiência, promovendo não só a integração, mas sim a inclusão destes indivíduos na sociedade. No que se refere ao *Direito ao lazer*, que é o tópico seguinte, o autor esclarece o significado de lazer adotado nesta obra, defendido por Marcelino², que se refere a uma atividade vivenciada no tempo disponível com caráter desinteressado, podendo ser ocupado por seis diferentes tipos de atividades: físico/esportivo, artístico/estético, intelectuais, manuais e sociais e turísticos. Cada dimensão é explicada detalhadamente, porém o autor salienta que independente do conteúdo que cada indivíduo vai ocupar seu tempo disponível, todas elas devem dar a possibilidade de escolha da prática e da vivência.

Ao final deste capítulo, o autor trabalha dois tópicos sobre *Políticas Públicas e Políticas Públicas, direitos sociais, hierarquização de prioridades e eficácia jurídica das normas constitucionais*. São apresentados os conceitos de política, política pública e política social, estas, em duas abordagens: estruturalista e pluralista. A fim de se aprofundar nos processos e mecanismos da política, o autor analisa a eficácia e a legitimidade do sistema jurídico e entende que estas ações governamentais não são suficientes e, portanto, devem ser criados elementos substanciais que imponham o cumprimento das normas constitucionais, através de leis complementares.

O Capítulo 2 encontra-se dividido em dois tópicos: *Acessibilidade arquitetônica e espaços esportivos*, relacionado com a eliminação de barreiras físicas, e *Acessibilidade metodológica/ instrumental/ programática e os esportes adaptados*, subdividido em: *Aspectos históricos da acessibilidade metodológica, instrumental e programática; Esportes adaptados paralímpicos de verão; Esportes adaptados paralímpicos de inverno; Esportes adaptados não paralímpicos e Esportes de aventura adaptados*.

Em *Acessibilidade arquitetônica e espaços esportivos*, o autor apresenta os documentos oficiais que regulamentam as edificações nas cidades, bem como as recomendações técnicas para a acessibilidade da população,

sobretudo, relacionadas às pessoas com deficiência. São apresentadas também, as normas técnicas de espaços de lazer, abrangendo questões relacionadas à segurança, sinalização, estrutura, pavimentação das rotas de acesso, dentre outras.

Acessibilidade metodológica/ instrumental/ programática e os esportes adaptados inicia explicando cada conceito e sua aplicabilidade no esporte. Em seguida, são tecidas considerações a respeito das finalidades das práticas esportivas realizadas por pessoas com deficiência. Nesse sentido, o autor entende que independente da utilidade que o esporte tenha, seja para fins de reabilitação, de rendimento, educacional, ou até mesmo uma prática de lazer, é necessário que projetos e programas sejam promovidos por meio de ações governamentais, permitindo a interação social entre pessoas com e sem deficiência, reiterando a importância da inclusão social.

Em *Os Aspectos históricos da acessibilidade metodológica, instrumental e programática*, o autor traz informações sobre a cronologia do surgimento do esporte adaptado a nível internacional e nacional. Em seguida são apresentados os percursos históricos em *Esportes adaptados paralímpicos de verão* e *Esportes adaptados paralímpicos de inverno*, por meio de tabelas que resumem didaticamente a inserção oficial de cada modalidade esportiva nos Jogos Paralímpicos, bem como as datas, locais e os tipos de deficiência física de cada modalidade.

Esportes adaptados não paralímpicos apresentam os esportes que não estão inseridos nos Jogos Oficiais, dentre eles, o autor discorre sobre o handebol em cadeiras de rodas; o *polybat*, esporte semelhante ao tênis de mesa; a *petra*, modalidade de atletismo para pessoas com paralisia cerebral e a dança em cadeiras de rodas. Apesar de não estarem inseridos em um contexto competitivo, é possível observar que o autor não distancia a prática destas modalidades do esporte de rendimento. Dessa forma, as outras manifestações esportivas, como o esporte de participação ou educacional, ou até a prática de atividades físico/esportiva na perspectiva do lazer, que é o principal objetivo da obra, não ficam evidenciadas.

Em *Esportes de aventura adaptados*, o autor retrata, sobretudo, os esportes radicais que podem ser praticados por pessoas com deficiência. O autor entende que este tipo de atividade vem apresentando importantes avanços no processo de inclusão social, pois permite a possibilidade da escolha, além de poder ser vivenciada no tempo disponível, assumindo um caráter de lazer, contrapondo a situação mencionada no tópico anterior. Contudo, o objetivo deste tópico é ressaltar a importância de possibilitar a interação do indivíduo com os espaços públicos, através da adaptação dos diferentes tipos de esportes (acessibilidade programática) e da formulação e implementação de políticas públicas que subsidiem programas e projetos envolvendo pessoas com e sem deficiência.

Por fim, o capítulo 4 apresenta o município de Campo Grande/MS e os espaços e lugares públicos que possuem condições de oferecer políticas públicas de esporte/lazer para as pessoas com deficiência. Encontra-se subdivido em: *Aspectos históricos de Campo Grande/MS e sua normatização urbana*; *Caminho metodológico*; *Acessibilidade arquitetônica*; *Acessibilidade programática e Políticas públicas e efetividade dos direitos constitucionais a acessibilidade arquitetônica e ao esporte e lazer*.

Em *Aspectos históricos de Campo Grande/MS e sua normatização urbana* são apresentados um breve-histórico do surgimento da cidade onde foi realizada a pesquisa, bem como suas características configuracionais, como: povoamento, ocupação do solo, legislação municipal, dentre outros. Em seguida, o autor apresenta em *Caminho metodológico*, os delineamentos da pesquisa a respeito da investigação das condições de acessibilidade dos parques públicos no município em questão.

Acessibilidade arquitetônica descreve os resultados obtidos com as coletas de dados, quanto à capacidade dos parques públicos em eliminar barreiras físicas e cumprir as normas brasileiras regulamentadoras (NBR), estabelecidas pela Associação Brasileiras de Normas Técnicas (ABNT). Foram analisados cinco parques públicos, avaliados em oito quesitos: passeio público, acesso ao parque, circulação horizontal, circulação vertical, sanitários e vestiários, mobiliários, acesso aos espaços esportivos e estacionamento (quando houvesse). Para melhor esclarecimento, o autor

apresenta fotos com as dimensões físicas e realidades encontradas e tabelas relacionando itens ausentes e inadequados. O autor conclui que os parques públicos da cidade de Campo Grande/MS se constituem em espaços de exclusão de pessoas com deficiência.

Discussões sobre a formulação e implementação de políticas públicas de esporte/lazer são apresentadas no tópico intitulado *Acessibilidade programática*. A partir da análise dos dados obtidos o autor compreende que apesar do esporte ter sofrido adaptações, tornando acessível às pessoas com deficiência, ele ainda não está democratizado, demonstrando que embora existam estratégias para promover atividades envolvendo estes indivíduos, eles ainda não são efetivados nos espaços públicos do município de Campo Grande/MS. Este apontamento é baseado em alguns itens ausentes nestes espaços, como: a inadequação da estrutura física, a falta de atenção das autoridades com as pessoas com deficiência por serem minoria e a baixa quantidade de programas de esporte/lazer que quando existentes são voltados à população sem deficiência.

Por fim, no último tópico sobre *Políticas públicas e efetividade dos direitos constitucionais a acessibilidade arquitetônica e ao esporte e lazer*, o autor apresenta uma relação de todos os elementos que foram trabalhados ao longo do livro, na busca de compreender os resultados obtidos. São descritas algumas medidas que podem ser tomadas pela sociedade para obrigar o cumprimento das leis, além do relato de alguns exemplos de recursos deferidos pelo sistema judiciário em algumas administrações públicas no Brasil. Na conclusão, o autor retoma as discussões feitas durante toda a produção e faz uma conclusão geral da obra.

Embora seja evidente a preocupação do autor com a temática, é importante ressaltar que a obra¹ busca demonstrar para a comunidade científica a importância da promoção de atividades de esportes na perspectiva do lazer, praticados por pessoas com deficiência, principalmente física e visual. Porém, os tópicos específicos que abordam o esporte adaptado trabalham sob a vertente do rendimento, deixando uma lacuna em relação às demais manifestações esportivas. Contudo, cumpre seu objetivo de levantar esta temática não apenas pelo viés da acessibilidade programática, mas extrapolando para outras dimensões como, por exemplo, a acessibilidade metodológica, instrumental e arquitetônica, lançando o olhar multidisciplinar sobre o tema das políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência.

Outro ponto a ser destacado, trata-se da ausência de um embasamento teórico que fundamente os achados empíricos da pesquisa realizada. De acordo com Marchi Jr³ “para termos respostas efetivamente consistentes para as nossas angústias, dúvidas ou discordâncias sociais, faz-se necessária uma instrumentalização, no sentido acadêmico, teórica e reflexiva para alçarmos a racionalidade desejada” (p.30). Ao aproximar a teoria da empiria, permite-se o distanciamento das ideias e ideais próprios do pesquisador, permitindo que o foco se torne a análise que levarão ao acúmulo de conhecimento⁴. Entretanto, a ausência de diálogo dos relatos empíricos com a teoria não compromete a qualidade da obra, apenas qualificaria a discussão a fim de melhor compreender o universo das políticas públicas de esporte e lazer direcionado a pessoas com deficiência.

Destarte, dialogar a temática das políticas públicas de esporte e lazer com outras áreas se torna um desafio, sobretudo, pelo pouco conhecimento que é adquirido no processo de qualificação do profissional de educação física. Segundo Machado⁵ há um consenso sobre a importância da interdisciplinariedade nas análises sobre políticas públicas nos diferentes campos de conhecimento, porém, “na esfera da pesquisa, em geral, pouco se avança além desse consenso genérico, com uma tendência ao predomínio de diálogos internos às disciplinas.” (p.1987). Dessa forma, a abordagem da temática em sua plenitude, torna esta obra peculiar e favorece a utilização por diferentes áreas, incluindo a Sociologia, Arquitetura, Direito, Engenharia, bem como por alunos, professores e a própria pessoa com deficiência, que passa a conhecer melhor seus direitos estabelecidos na Constituição Federal, podendo exigir a garantia destes, melhorando a realidade social. Garantir esta prática é uma ação importante no sentido de potencializar a refinada

discussão sobre o tema e a disseminação da produção acadêmica.

Referências

1. Silva JVP. Políticas públicas de esporte/lazer e in(ex)clusão de pessoas com deficiência. Campo Grande: UFMS; 2015.
2. Marcelino NC. Lazer e Sociedade: algumas aproximações. In: Marcelino NC, organizador. Lazer e Sociedade: múltiplas relações. Campinas (SP): Alínea; 2008. p. 11-26.
3. Marchi Junior W. A educação física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. In: Mezzadri FM, Cavichioli FR, Souza DL. Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas. Jundiaí: Foutora; 2006. p. 29-42.
4. Arretche MTS. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. Revista brasileira de Ciências Sociais. 2003; 18: 07-10.
5. Machado CV. A Política Pública como campo multidisciplinar. Ciência & Saúde Coletiva. 2016; 21: 1987-1988.